

Documento Final da Primeira Escola de Verão do Projeto aTerra

O aTerra – Políticas Globais e Estratégias Locais para o Desenvolvimento Sustentável - é um projeto de fortalecimento da sociedade civil na construção de um desenvolvimento sustentável. Promovido pela FEC - Fundação Fé e Cooperação, tem como parceiros a empresa municipal Ourémviva, a Associação Casa Velha e a ONG ACTUAR. Através de uma abordagem territorial do deprimidas (estudo do caso do Concelho de Ourém) e a reflexão a nível global. Atua através da capacitação e mobilização de pequenos produtores para estratégias integradas de sustentabilidade rural, em articulação com os desafios globais de desenvolvimento sustentável desenvolvimento sustentável, com enfoque no Desenvolvimento Rural, serão desenvolvidas ao longo de dois anos (2014/2015) estratégias e atividades que articulam uma ação local em zonas rurais, de atividades pedagógicas de educação para o desenvolvimento sustentável em Escolas Secundárias e Técnico-Profissionais, formação e mobilização de voluntários e da dinamização de Redes Locais para o Desenvolvimento Sustentável.

No âmbito deste projeto, a Escola de Verão surge como iniciativa de promover a análise de estratégias integradas de sustentabilidade rural, através de uma abordagem teórico-prática em regime residencial, destinado preferencialmente a universitários. Ao longo de cinco dias pretendeu-se articular as estratégias locais com os desafios globais de desenvolvimento sustentável, avaliando a realidade das zonas rurais de minifúndio do nosso país em relação a outros territórios, nomeadamente CPLP, com as perspetivas de diferentes atores. Fomos 18 participantes de diferentes regiões do Continente e Ilhas, Moçambique e Angola. Conhecemos perspetivas de diferentes atores (técnicos, empresas, decisores políticos, Associações, Organizações da sociedade civil, produtores e consumidores) a trabalhar a nível global e local. Recebemos a visita do Dr. José Ferragolo da Veiga do Ministério da Agricultura, Eng. Marta Mendes e Eng. João Pedro Oliveira da Consulai, Eng. Luís Pedroso da Federação Minha Terra, Stéphane Laurent do CIDAC, Catarina Lopes da FEC e Dr. Hélder Muteia da FAO. Fomos visitar pequenos produtores, jovens agricultores do Concelho e Instituições de Solidariedade Social, onde instalámos uma horta e estudámos a apetência para o consumo de produtos locais. Conhecemos a perspetiva do produtor e do consumidor, articulando questões de desenvolvimento local com grandes inquietações do progresso a nível global.

Em resultado desta semana, destacamos como **pontos positivos**:

- existência de um número crescente de pessoas conscientes da realidade e ativas na mudança;
- alargamento das medidas de apoio ao desenvolvimento local - PRODER, FEDER, LEADER
- potencial da agricultura familiar (soberania alimentar e gestão dos territórios);
- importância de preservar a variedade de espécies autóctones, da identidade cultural e respetivas tradições locais;
- crescente preocupação com a Saúde e estilo de vida sustentável, através da alimentação, impulsionando a produção biológica, no contexto da agricultura familiar.
- soluções existentes neste Concelho podem influenciar boas práticas noutros territórios, nomeadamente reforçando o intercâmbio entre Portugal e outros países da CPLP;

Ao longo desta semana destacamos como principais **inquietações**:

- as políticas globais de desenvolvimento rural estão muitas vezes desajustadas à realidade do território;
- as Políticas beneficiam os grandes produtores e empresas em vez de procurar benefícios para todos e para um bem comum;
- as estratégias de apoio ao desenvolvimento rural são uma soma de iniciativas avulsas e não uma articulação de medidas estruturantes do território;
- os alimentos base da dieta alimentar mundial são transacionados como meros bens de mercado e não como direitos essenciais para o desenvolvimento humano;
- a burocracia e imposições fiscais dificultam o acesso ao mercado dos pequenos produtores, que não estão a ser acompanhados e organizados devidamente para ultrapassar estas imposições;
- apesar da sua grande representatividade no território português, os terrenos inferiores a 1 ha são realidades invisíveis, ficando à margem de políticas;
- a falta de apoios no próximo PDR para a constituição de Zonas de Intervenção Florestal, na medida que poderia permitir o ordenamento das zonas de minifúndio, o acompanhamento dos pequenos proprietários e a reversão do drama do ciclo dos incêndios florestais;
- a maior percentagem de pobreza no mundo corresponde a pequenos produtores e agricultores.



PERGUNTAS:

Apesar de no próximo PDR haver mais medidas de apoio às cadeias de circuito curto e pequenos investimentos agrícolas, até que ponto estas medidas valorizam a agricultura familiar na sua plenitude (gestão de território, geração de emprego, preservação de identidade cultural e tradições, combate a incêndios), e a facilidade de acesso dos agricultores a estas medidas (acompanhamento de proximidade)?

Ao longo desta semana tivemos oportunidade, por um lado, de conhecer as medidas de incentivo à produção local, e por outro, de compreender o desejo e a dificuldade que as Escolas e IPSS têm em comprar produtos locais (obrigações de contratação pública e Plano de HACCP). Como ultrapassar este paradoxo e incentivar a organização da produção e comercialização?

Durante esta semana, tivemos oportunidade de debater o enquadramento internacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural e sobre isto temos duas questões:

- De que forma está a ser implementada a estratégia de Segurança Alimentar da CPLP?
- De que forma Portugal está a acompanhar o processo do Acordo de Parceria Transatlântico de Comércio e de Investimento, e como vai garantir que os estatutos que temos definidos na União Europeia de Qualidade e Segurança Alimentar, não serão postos em causa pelos estatutos dos Estados Unidos da América? A transparência deste Acordo tem sido posta em causa. Qual a sua opinião relativamente a este processo?

Qual a sua estratégia de desenvolvimento rural?

De que forma no próximo PDR se vai garantir verdadeiras estratégias *bottom up* de definição participada a partir das comunidades, uma vez que à partida ficam definidas as principais medidas de intervenção?

